

# **SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E DESEMPREGO ESTRUTURAL NO BRASIL: PARA UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS ANOS 2000**

Pedro Henrique Evangelista Duarte<sup>1</sup>

**Resumo:** Marcada historicamente por uma estrutura econômica e social desigual, a economia brasileira se desenvolveu, ao longo do século XX, sem solucionar os principais gargalos que criavam entraves ao crescimento econômico e à melhoria das condições de vida da população. Se, ao longo do período 1930-1970, o capitalismo industrial brasileiro se consolidou, o desemprego estrutural, a desigualdade de renda e pobreza permaneceram como características estruturais dessa economia. A crise da década de 1980, e as políticas neoliberais dos anos 1990, viriam a coroar esses problemas que, fora do escopo dos elementos centrais a serem atacados pelo governo federal, só viriam à tona das preocupações das esferas política, econômica e social a partir dos anos 2000. Partindo desse quadro, o presente trabalho tem como objetivo, à luz de uma leitura marxista sobre o desemprego estrutural, e assumindo o mesmo como característica intrínseca à economia brasileira, lançar os olhos sobre as condições de trabalho ao longo dos anos 2000, demarcando sua evolução e seus avanços em relação às décadas anteriores, bem como suas descontinuidades e tendências, a partir das modificações operadas no centro da política econômica e social brasileira.

**Palavras-chave:** políticas neoliberais, desemprego estrutural, superpopulação relativa, trabalho.

**Abstract:** Historically characterized by an uneven economic and social structure, Brazilian economy was developed without solving the main problems that created barriers to economic growth and improving conditions of life. If over the period 1930-1970 Brazilian industrial capitalism was consolidated, unemployment and inequality income remained the structural characteristics of its economy. The crisis in 1980's and the neoliberal policies in 1990's consolidated those problems, which only came to light the concerns of politics, economics and social spheres in the 2000's. Based on that background, this paper aims, within the Marxist approach on the structural unemployment, and taking the structural unemployment as a intrinsic problem of the Brazilian economy, to glance over the labor conditions throughout 2000's, delineating its evolution and advantages compared to previous decades, as well as its discontinuities and trends, from the changes that has happened in the Brazilian economic and social policies.

**Key words:** neoliberal policies, structural unemployment, relative surplus population, labor.

**Área:** Trabalho, indústria e tecnologia.

**Sub-área:** Mundo do trabalho.

**SUBMISSÃO ÀS SESSÕES ORDINÁRIAS.**

## **Introdução**

A economia brasileira mantém, desde a sua formação, características estruturais que resultam num complexo de desigualdade de renda e pobreza que acabaram por se tornar problemas

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – Economia Social e do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador do ICDD – International Center for Development and Decent Work. Contato: pheduarte@gmail.com

intrínsecos à sua estrutura econômica e social. Marcada pela heterogeneidade e pelo desemprego estrutural, que condicionam o desenvolvimento desequilibrado de seus setores produtivos e a incapacidade criar empregos para parte expressiva do contingente de mão-de-obra disponível, a economia brasileira passou a ter como um de seus principais desafios a resolução desses gargalos que, em diferentes momentos de sua história, se viram intensificados pelos impactos das crises internacionais ou pela implementação de políticas que, mesmo trazendo em seu discurso a promessa da consecução de mecanismos que permitiriam a superação destes problemas, não mais fizeram ampliar suas proporções.

Se a crise da década de 1980 interrompeu um longo processo de desenvolvimento industrial que se configurou na economia brasileira no período 1930-1970, e que transformou sua estrutura econômica e social mas sem solucionar tais problemas históricos, a década de 1990, com as políticas neoliberais e a consolidação da inclusão do Brasil no movimento internacional da globalização, apenas conduziram a um país com baixa inflação, mas com elevada vulnerabilidade externa, extrema dependência dos capitais internacionais, crise no balanço de pagamentos e fragilidade financeira. Num contexto de fragilidade e baixas taxas de crescimento, ficava latente a dificuldade de se resolver os problemas que acometiam as condições de trabalho – que, ao contrário de serem resolvidos, viu sua estrutura se modificar em favor de um sistema de flexibilização e baixos salários que precarizaram por completo as condições da classe trabalhadora. É dentro desse contexto – de necessidade extrema de se enfrentar os dilemas do baixo crescimento econômico e da precarização das relações de trabalho – que o Brasil adentra os anos 2000, década na qual o desemprego, a pobreza e a péssima distribuição de renda voltam ao campo principal de desafios a serem enfrentados pelo governo.

Partindo desse quadro, o presente artigo tem o objetivo de, a partir de uma leitura marxista do desemprego estrutural, característico à estrutura econômica e social brasileira, entender as transformações pelas quais passou a economia e as condições de trabalho ao longo das duas últimas décadas, buscando, a partir da análise dos indicadores, identificar os avanços e retrocessos que resultaram das políticas econômicas implementadas pelo governo federal nos anos 2000. Para realizar essa discussão, o artigo vem dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira parte, é feita uma discussão acerca do desemprego estrutural na economia brasileira, entendendo o mesmo com resultado tanto do desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia quanto do problema histórico da formação do mercado de trabalho, que resultam na conformação de um exército industrial de reserva. Na segunda seção, é apresentado o conjunto de políticas neoliberais implementadas no Brasil na década de 1990, as quais são fundamentais para entender as transformações pela qual passou a economia ao longo dos últimos vinte anos. Na terceira é apresentada a análise dos indicadores econômicos e das relações de trabalho para os anos 2000,

tentando identificar como a política econômica, dentro de certos limites, se voltou à resolução dos problemas relativos ao mundo do trabalho, após décadas de precarização da classe trabalhadora. Por fim, as considerações finais buscam retomar e articular a discussão feita ao longo do texto.

## **1. Superpopulação relativa e desemprego estrutural**

O modo de produção capitalista, no processo de reprodução ampliada do capital e a partir dos mecanismos que lhes são intrínsecos, produz como resultado próprio a esse processo um excedente de mão-de-obra que, de forma conjunta e dialética, não consegue se inserir nos setores produtivos da economia, mas está em constante disposição na medida das necessidades da reprodução do capital. Marx, em *O Capital*, apontou a tendência à formação e extensão de um exército industrial de reserva, à medida que o sistema capitalista reciasse as bases de produção e reprodução do capital. Entendendo o sistema capitalista enquanto sistema dialético que gera, dentro de seu próprio processo reprodutivo, os elementos que conduzem à situação de crise, bem como os mecanismos que permitem à reversão das mesmas, a origem de uma superpopulação relativa, ou de um exército industrial de reserva, seria o resultado desse processo cíclico de ascensão e crise sistêmica.

Ao explicar a composição do capital no interior do processo produtivo, Marx fundamenta tal compreensão a partir de um duplo sentido, expressa nos conceitos de *composição técnica do capital* e *composição orgânica do capital*: o primeiro, do ponto de vista da matéria, expressa a repartição do capital em meios de produção e força de trabalho viva; o segundo, da perspectiva do valor, expressa a proporção em que o capital se reparte em valor dos meios de produção – capital constante – e valor da força de trabalho – capital variável. Tais composições, que nos estágios iniciais do modo de produção capitalista se mantinham constantes – de modo que qualquer novo investimento em capital se revertia em contração de mão-de-obra na mesma proporção, criando uma tendência de ampliação dos postos de trabalho e, em consequência, de elevação do valor do salário – tendem a se modificar na esteira da própria reprodução do capital.

A idéia introduzida por Marx se fundamenta na lógica de que, à medida que o sistema capitalista se desenvolve e se torna mais moderno, utilizando tecnologias e métodos produtivos mais avançados, modifica-se a composição orgânica do capital, conduzindo a um processo de decréscimo relativo da parte variável do capital em relação ao capital total. Em outras palavras, com o progresso da acumulação e da concentração de capital que o acompanha, e que conduz à ampliação da produtividade social do trabalho – que se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um determinado tempo e com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto –, uma proporção cada vez menor de trabalhadores seria agregada

ao processo produtivo, em relação a proporções crescentes de capital constante. Levando em conta a manutenção da taxa de crescimento da população que resulta, em cada período, na inclusão de contingentes populacionais no conjunto da população hábil ao trabalho, a tendência de elevação da produtividade no sistema capitalista, à medida que o próprio sistema se desenvolve, traz em si uma outra tendência, de redução relativa da massa de trabalhadores incluídos dentro do processo produtivo – e, portanto, de redução do capital variável em relação ao capital constante – e, em consequência, ao surgimento de um exército industrial de reserva. Assim, a *superpopulação relativa*, entendida enquanto parte da mão-de-obra não empregada que está permanentemente à disposição do capital e que, por isso, se submete a formas de trabalho extremamente precárias e vive sob condições espúrias e degradantes, é resultado do movimento cíclico e contraditório do capital: cíclico porque se estende a cada etapa do desenvolvimento das forças capitalistas, e contraditório porque é somente através da exploração do trabalho que o capital pode se reproduzir – ou, dito em outras palavras, é apenas o trabalho vivo que pode produzir mais-valia. Assim, para além de resultado do avanço do sistema capitalista, a existência de uma superpopulação relativa é condição relevante para as próximas etapas de reprodução do capital, dado que a existência de um contingente populacional cada vez mais extenso não só cria uma permanente disponibilidade de mão-de-obra a ser explorada pelo capital cada vez que há ampliação dos investimentos, mas também pressiona os salários para baixo, modificando a composição orgânica em favor da valorização do capital.

O que se pretende chamar a atenção é para o fato de que, enquanto resultado e mecanismos impulsionador do processo de reprodução ampliada do capital, a existência de uma superpopulação relativa é algo próprio ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, a formação de um exército de trabalhadores desempregados, subempregados ou trabalhando por conta própria – como apontou Marx ao definir as três formas de superpopulação relativa<sup>2</sup> – é condição necessária à reprodução do capital, seja por condicionar a existência de um contingente populacional sempre à disposição do capital, seja por criar pressões para a classe trabalhadora se submeta a condições cada vez mais precárias de trabalho em favor da valorização do capital.

Tratando especificamente da periferia latino-americana, a forma pela qual o modo de produção capitalista se desenvolveu na região acabou por condicionar o surgimento de uma

---

<sup>2</sup> Assumindo que todo trabalhador faz parte da superpopulação relativa durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente, Marx apresenta três formas sob as quais a superpopulação pode se expressar. A primeira forma – a *flutuante* – agrega o conjunto de trabalhadores que são atraídos e repelidos da indústria moderna, e por isso, estão permanentemente à disposição do capital. A segunda forma – a *latente* – é composta do conjunto de trabalhadores que, trabalhando no campo, encontram-se na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro como resultado da internalização do modo de produção capitalista na agricultura. A terceira forma – a *estagnada* – constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Além dessas três formas, Marx ainda considera o *pauperismo*, que constitui o sedimento da superpopulação relativa que, abstraindo o lumpemproletariado propriamente dito, é composta pelos aptos ao trabalho, pelos órfãos e crianças indigentes – que são candidatos ao exército industrial de reserva – e pelos degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho.

estrutura econômica marcada pela heterogeneidade estrutural. Inseridos no comércio internacional, num primeiro momento, como produtores de bens primários e tendo, por isso, assumido uma postura subordinada no que diz respeito ao seu grau de autonomia econômica, esses países foram submetidos a um processo de deterioração dos termos de troca o qual determinava, por conta do intercâmbio de produtos com diferentes valores agregados, na transferência de renda centro-periferia<sup>3</sup>. No plano interno, o processo de industrialização, feito tardiamente, se concretizou para atender a uma demanda específica e limitada já existente, o que impedia uma expansão setorial acompanhada e puxada pelo concomitante crescimento da demanda. Esse processo, ao concentrar suas forças em determinados setores e, por isso, promover a modernização apenas destes, e não do conjunto da economia, resultou na edificação de uma economia onde diferentes setores apresentavam diferentes graus de produtividade, avanço tecnológico e crescimento. Configurava-se, assim, a partir das diferenças de produtividade entre esses setores, a heterogeneidade estrutural – demarcada pela coexistência de diferentes setores econômicos, dentro de uma mesma economia, com elevados desníveis de produtividade, os quais limitam as capacidades dos mesmos de impulsionarem o desdobramento do aparelho produtivo de cada país.

Em decorrência da existência do diferencial de produtividade entre os setores, acaba-se conformando uma série de impactos sobre as relações de trabalho. Isso porque o setor industrial – também reconhecido como setor moderno da economia – dada sua elevada produtividade, gera postos de trabalho com altos salários, os quais se diferenciam de maneira relevante em relação aos salários dos setores de menor produtividade. Já o setor produtor de bens primários – principal setor produtor dessas economias, e caracterizado por sua baixa produtividade –, como consequência de suas características, gera postos de trabalho com baixos salários. O que importa chamar a atenção é para o fato de que, dado tais diferenciais de produtividade entre os setores e suas limitações para a geração de postos de trabalho, as economias capitalistas periféricas acabam sendo incapazes de gerar emprego para a toda a população disponível para o trabalho – no caso do setor industrial, por sua baixa participação no produto da economia, e no caso do setor primário, por sua baixa taxa de produtividade. Assim, como resultado da existência da heterogeneidade estrutural, acaba se conformando um quadro onde os postos de trabalho gerados são insuficientes para a classe disponível para o trabalho; em outras palavras, um quadro de desemprego estrutural.

---

<sup>3</sup> A discussão acerca da deterioração dos termos de troca foi desenvolvida por Raul Prebisch, dentro do corpo teórico estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. A Teoria Marxista da Dependência, através dos trabalhos de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, também se dedicou à temática, a partir das conexões estabelecidas entre as trocas comerciais centro-periferia e à transferência de renda resultante desse processo, as quais engendravam, no capitalismo periférico, o surgimento das formas de superexploração do trabalho. Para uma discussão detalhada sobre a deterioração dos termos de troca, transferência de renda e superexploração do trabalho, consultar Bielschowsky (2000), Marini (2000) e Santos (2000).

Nesse sentido, o desemprego estrutural na periferia latino-americana se estrutura a partir de um duplo processo: de um lado, como resultado próprio dos desdobramentos do sistema capitalista que, ao reproduzir em escala ampliada o capital, condiciona o surgimento de um excedente de mão-de-obra, o qual se mantém em permanente disposição para as necessidades do capital; de outro lado, como resultado da existência da heterogeneidade estrutural, que limita a capacidade de geração de emprego nas economias periféricas. Forma-se, então, um contingente de mão-de-obra que, colocadas as limitações à geração de empregos nas economias periféricas, não apenas encontram dificuldades para encontrar trabalho, mas também acabam se submetendo a formas de trabalho precárias e degradantes, elementos a partir dos quais se configura e se consolida o desemprego estrutural na periferia. É dessa forma, a partir das interconexões e convergências entre a formação de uma superpopulação relativa e as limitações para a geração de postos de trabalho que são organizadas as relações de trabalho nos países periféricos.

No caso brasileiro, o processo de formação do mercado de trabalho se deu a partir da conjugação de uma série de fatos históricos. Como apontado por Dedecca (2005), três aspectos devem ser considerados na análise dessa formação. O primeiro diz respeito ao movimento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o qual permite explicar a abundância de mão-de-obra disponível no momento da eclosão do processo de industrialização. Vários elementos se articulam dentro desse movimento de transição. Em primeiro lugar, do ponto de vista legal, a Lei de Terras que vigorava no Brasil definiu a propriedade privada a partir de uma regulamentação que reconhecia a propriedade das terras do regime de sesmarias, devendo ser as demais destinadas pelo Estado à propriedade privada. Essa regulamentação impedia a posse da terra por parte da população negra livre, o que criava aos mesmos uma pressão para se subordinarem ao trabalho no latifúndio – problema que se intensificava pela garantia legal dada ao proprietário da terra de romper o contrato de trabalho de maneira unilateral. Assim, o modo de regulação da propriedade privada da terra impediu o acesso dos trabalhadores livres, constituindo-se a raiz do problema agrário no país. O segundo se refere à política migratória adotada com o advento da República em 1889. A intensa expansão cafeeira em direção a São Paulo impôs a necessidade de uma política migratória para suprir a demanda por trabalho. No entanto, ao contrário de optar por uma realocação da população das regiões Norte e Nordeste, então em processo de decadência de suas principais atividades econômicas, optou-se por uma política de migração externa financiada pelo Estado central. Com isso, estabeleceu-se um acordo que permitiu a montagem do mercado de trabalho brasileiro sem o aproveitamento da disponibilidade de mão-de-obra existente<sup>4</sup>. O terceiro diz respeito ao início do

---

<sup>4</sup> De acordo com Dedecca (2005), é possível encontrar três vertentes que explicam a escolha de uma política de migração em substituição à política de mobilização da disponibilidade populacional das regiões Norte e Nordeste para suprir a demanda por mão-de-obra em São Paulo. A primeira pontua que a dificuldade de mobilização da população está na presença dos interesses latifundiários na formação do Estado Nacional, uma vez que a mobilização dessa

processo de industrialização e a crise do setor cafeeiro, que se deram no momento da integração das atividades econômicas com o mercado de trabalho. Assim, nos anos 1930, iniciou-se uma intensa migração rural-urbana, com mobilização dos trabalhadores das regiões Norte e Nordeste para a região Sudeste. No entanto, naquele momento, a região Sudeste já havia montado seu mercado de trabalho livre e não possuía capacidade de absorver de forma adequada a disponibilidade de mão-de-obra. Mesmo com a capacidade de geração de emprego nas atividades industriais e no setor de serviços, era inviável a absorção de toda a mão-de-obra, com o que a industrialização se fez com elevada e recorrente disponibilidade de força de trabalho<sup>5</sup>.

A partir destes elementos, é possível reconhecer que as relações de trabalho no Brasil nascem e ganham corpo com uma estrutura deficiente, incapaz de absorver toda a mão-de-obra disponível, ao mesmo tempo em que gera uma série de postos de trabalho precários. Se a década de 1970 apresentou um crescimento econômico que poderia dar sinais para uma possível superação destas deficiências, a crise da década de 1980 - com a interrupção do crédito externo que havia viabilizado o crescimento acelerado da economia brasileira na década anterior, em especial no setor industrial, o mais dinâmico da economia – veio para se sobrepor a todas essas possibilidades. É a partir desses determinantes que as relações de trabalho no Brasil se caracterizam pelo desemprego estrutural. Assim, as limitações intrínsecas à economia periférica brasileira para gerar postos de trabalho suficientes para toda a oferta de mão-de-obra disponível acabam por resultar numa conjugação de superpopulação relativa, desníveis salariais e empregos precários, elementos que se combinam numa espiral ascendente que precariza cada vez mais as relações de trabalho – seja em termos da geração de empregos que não garantem condições mínimas de trabalho para a classe trabalhadora, em termos das pressões constantes para a queda das remunerações do trabalho, em termos da criação de mecanismos que intensificam o trabalho e estendem a jornada de trabalho, ou ainda em termos da valorização crescente do capital às custas da exploração do trabalho. O resultado de tal característica, então, é a consolidação de uma estrutura econômica voltada à

---

população para São Paulo poderia acelerar a decadência da propriedade latifundiária nordestina. A segunda afirma que os cafeicultores paulistas viam nessa mobilização uma forma dos proprietários nordestinos transferirem a desvalorização do capital empregado com a mão-de-obra. Por fim, a terceira associa o favorecimento da migração em contraposição à conformação de um mercado de trabalho livre por trabalhadores negros na região Sudeste, processo que não encontrava aceitação entre os cafeicultores.

<sup>5</sup> A estes elementos se adicionava o modelo de regulação do mercado de trabalho que se consolidou no Brasil na década de 1940. Durante este período, foi estabelecida uma ampla regulação sobre as relações de trabalho, com a instituição do salário mínimo, do sistema de proteção social e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Aparentemente benéfico à classe trabalhadora, esse modelo de regulação favoreceu a ação repressiva e de manipulação política da Era Vargas, fosse pela tutela em relação aos sindicatos que impediu aos mesmos uma dinâmica autônoma de negociação coletiva que favorecesse a difusão dos direitos legais, fosse porque o modelo político de regulação ocorreu com a reprodução sistemática de um mercado de trabalho com baixa proteção social – ao final do período de industrialização 1930-1980, metade da população ocupada não tinha acesso ao sistema de proteção social. Tais elementos garantiram a reprodução de um mercado de trabalho pouco institucionalizado, marcado pela presença extensa de contratos de trabalho estabelecidos informalmente.

valorização ampliada do capital a partir da extensão e intensificação da superexploração do trabalho.

Em síntese, cabe apontar que, da presente perspectiva, os condicionantes que determinam a estrutura das relações de trabalho nas economias periféricas e, especificamente, do Brasil, são fundamentados a partir da conjugação de dois elementos. De um lado, a emergência de uma superpopulação relativa que, longe de ser um elemento próprio às economias capitalistas periféricas, é resultado e mecanismo impulsionador do processo de reprodução ampliada do capital, tendo sua origem demarcada na própria esteira do desdobramento do sistema capitalista de produção. Assim, a formação de uma superpopulação relativa e, em consequência, do exército industrial de reserva, se enquadra enquanto elemento que condiciona e reforça os mecanismos que conduzem à reprodução do capital, em especial por conta de seu reflexo na modificação da composição orgânica do capital. A existência de uma esfera populacional desprovida de emprego ou enquadrada em formas de emprego precária e por conta própria é a expressão da existência de um sistema que se reproduz com base na ampliação da exploração do trabalho – dadas as pressões que a superpopulação relativa cria sobre o valor e a forma do trabalho. De outro lado, os desníveis de produtividade setoriais próprios às economias periféricas, estruturadas a partir da subordinação de sua produção interna às condições da economia internacional, e com setores industriais construídos para atender às exigências de uma demanda interna já previamente existente, criaram limitações à geração de empregos e, em consequência, à absorção de uma mão-de-obra que, sem condições de se manter vinculadas às atividades agrícolas, engrossaram o exército de reserva nas regiões urbanas. De modo que estrutura econômica se consolida sem criar as condições necessárias para uma combinação de desenvolvimento econômico, geração de empregos e redução das desigualdades sociais pudesse se fazer viável na economia brasileira, ao mesmo tempo em que cria as condições para que a superexploração do trabalho se torne uma realidade viável.

São nesses termos que as condições de trabalho brasileiro se caracterizam a partir do desemprego estrutural, entendendo o mesmo enquanto combinação da existência de um exército industrial de reserva – marcado não apenas pela existência do desemprego, mas também pela existência do emprego precário – e das condições que, na esteira da precarização das relações de trabalho, conjugam os elementos que impulsionam a superexploração do trabalho. Com tal caracterização em mente, fundamental para a compreensão das relações de trabalho na economia brasileira, passamos a analisar como a implementação das políticas neoliberais na década de 1990 ampliou as bases da precarização do trabalho, e como tal quadro passou por significativas modificações a partir dos anos 2000.

## **2. As políticas neoliberais no Brasil**



No período que compreende os anos 1930 até a década de 1970, o Brasil passou por um intenso processo de industrialização, que permitiu a consolidação de um setor industrial relativamente avançado. Durante esse período, o Brasil deixou de ser caracterizado por ser um país tipicamente agrário, tendo apresentado elevadas taxas de crescimento e um forte processo de urbanização, que modificou a estrutura e as condições de trabalho. No entanto, tal processo não se deu sem entraves, e acumulou uma série de fatores que, potencialmente, poderiam se reverter em crises.

Em fins da década de 1970, a crise internacional interrompeu o período de industrialização que ganhou corpo com base no endividamento externo. Com o fim dos empréstimos internacionais, iniciou-se no um período de crise econômica marcado por baixo crescimento, elevado desemprego e inflação. A situação caótica da economia durante a década de 1980 deixava claro que as condições de financiamento do Estado desenvolvimentista haviam chegado ao extremo das possibilidades de expansão, e conseqüentemente, deixavam expostas as limitações e fragilidades do modelo que havia sido estruturado para servir de base ao desenvolvimento do país. É neste contexto que se reascende um conjunto de políticas de corte liberal que, consubstanciadas no Consenso de Washington, alçaram o neoliberalismo<sup>6</sup> ao status de ideologia mundialmente hegemônica.

No Brasil, mesmo tendo sido implementadas já no governo Fernando Collor de Melo, as políticas neoliberais só atingiram todos os campos da economia e sociedade no governo de Fernando Henrique Cardoso, seguindo um discurso ideológico que se aproveitava do retorno à democracia e da crítica pesada à ineficiência do setor público como forma de ganhar o apoio popular para uma condução claramente ortodoxa da política econômica. Nesses termos, o discurso hegemônico foi orientado para apresentar as políticas neoliberais como fundamentais não só para a modernização do parque industrial do país e para sua adequação às novas condições da concorrência internacional, mas também para a promoção da estabilização monetária, que corroía os salários da classe trabalhadora e era responsável por grande parte dos desequilíbrios econômicos e sociais.

As políticas neoliberais eram compostas, primordialmente, pela abertura comercial, desregulamentação financeira e redefinição do papel do Estado, em especial a partir da efetivação do processo de privatização das empresas estatais. Em termos da abertura comercial, realizada com uma conjunção de câmbio valorizado e eliminação das listas de importação, os efeitos diretos foram

---

<sup>6</sup> [A] ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém vago e genérico, a intervenção do Estado na economia. (...) A ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condições históricas novas. (BOITO JR., 1999: 23)

a criação de incentivos para a expansão das importações e os desequilíbrios na balança comercial. Num segundo momento, a dificuldade de concorrência da indústria nacional para com os produtos importados levou ao solapamento do parque industrial brasileiro, conseguindo sobreviver apenas as empresas mais bem estruturadas. O resultado, assim, foi a fechamento de fábricas e a demissão de diversos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o mercado brasileiro era inundado por produtos estrangeiros. Em termos da desregulamentação financeira, foram criados diversos mecanismos que facilitavam o acesso a recursos externos, que teoricamente deveriam adentrar o país para financiar investimentos produtivos e os déficits do balanço de pagamentos. O ponto é que, na prática, tais recursos se destinavam para o espectro da valorização financeira, dado as elevadas taxas de juros prevalecentes na economia brasileira. Quando o motivo não era unicamente especulativo, esses capitais se destinavam para fusões e aquisições, tendo pouco impacto no que diz respeito à expansão produtiva e à criação de empregos. As elevadas taxas de juros, por sua vez, eram necessárias para o funcionamento da âncora cambial, elemento chave na efetivação do Plano Real e na manutenção da estabilidade monetária. Por fim, as privatizações se fizeram de maneira totalmente desordenada, com empresas sendo vendidas abaixo de seu valor de mercado e sem que houvesse, por outro lado, a manutenção de setores estratégicos sob o comando do governo, com o que quase todas as empresas pertencentes ao Estado foram livremente entregues ao setor privado. Na esteira desse processo, o Estado ia perdendo espaço como agente ativo da economia, reduzindo seus investimentos, enxugando a máquina pública e suprimindo diversos postos de trabalho.

De outro lado, a imposição, por parte das agências internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, de políticas monetária, fiscal e cambial totalmente engessadas, com fins de controlar as contas do governo, alcançar o equilíbrio e, por fim, retornar a bons níveis de crescimento, levou de imediato ao enquadramento da economia brasileira dentro de um círculo vicioso de endividamento, que conduziu a uma problemática ainda mais perversa àquela que se apresentava no início dos anos 1990. Ainda que o Plano Real tenha logrado obter a estabilização monetária, os elementos necessários à sua efetivação criavam outros gargalos que superavam seus resultados positivos; assim, a manutenção de elevadas taxas de juros, como forma de atrair capitais, ampliava a dívida externa brasileira, que era compensada pela criação de títulos da dívida pública como forma de financiamento. Esses títulos, vendidos internamente para financiar o déficit em conta corrente do país, também eram remunerados por elevadas taxas de juro, de modo que o mecanismo encontrado para o pagamento das dívidas impulsionava o próprio crescimento das mesmas. Não suficientes todos esses resultados, o paradigma neoliberal ainda trouxe consideráveis impactos sobre o mundo do trabalho, especialmente em termos da flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho.

A flexibilização das relações de trabalho se vinculava de forma direta com o plano de reestruturação produtiva, resultado do diagnóstico de que os métodos de produção típicos do sistema fordista-taylorista não se enquadravam mais às novas necessidades do capital. Especificamente no caso do Brasil, a crise da dívida externa no início da década de 1980 impôs a necessidade de modificação na orientação da produção nacional, que passou a se voltar cada vez mais para o reforço do setor exportador e para a adaptação da indústria para fazer frente às novas condições da competitividade internacional. É a partir daí que se inicia o processo de reestruturação produtiva, com a substituição gradual taylorismo/fordismo para o toyotismo.

No entanto, a gradual implementação dos novos elementos da produção flexível exigiu que relações trabalhistas também se modificassem para atender às novas demandas do complexo produtivo que começava a se consolidar. A partir de então cada trabalhador, antes alocado para uma função específica, passou a ser multifuncional, especializando-se e realizando diversas funções. De outro lado, a flexibilização era também composta por um elemento de redução dos direitos trabalhistas que, no caso brasileiro, ganhou corpo a partir da implementação de uma política econômica que tinha como um de seus cerne a supressão desses direitos, utilizando da justificativa de que essa supressão era fundamental para que os níveis de emprego e salários se recuperassem.

Nesses termos, a flexibilização das relações de trabalho deve ser analisada a partir de duas perspectivas, que se coadunam na explicação do aumento da precarização do trabalho no Brasil. De um lado, o processo de reestruturação produtiva, a partir da intensificação da substituição do homem pela máquina e da adoção da tecnologia microeletrônica, reduziu consideravelmente os postos de trabalho. Essa redução conduzia a duas questões. Em primeiro lugar, aqueles que permaneceram empregados eram submetidos a um trabalho mais intenso, já que deveriam ocupar uma maior quantidade de funções em substituição aos trabalhadores dispensados. Em segundo lugar, aqueles que eram dispensados passavam a compor o exército de desempregados, o qual pressiona os trabalhadores empregados a se submeter a salários reduzidos, impostos não só por essa pressão externa, mas também pelo constante risco e ameaça de novas demissões. De outro lado, a própria modificação da regulação do trabalho que, ao se tornar mais flexível, trouxe à tona mecanismos de contratação que garantiam cada vez menos seguridade aos trabalhadores e, em consequência, submetiam os mesmos a condições não só precárias, mas também instáveis e vulneráveis em relação ao local de trabalho<sup>7</sup>.

De maneira geral, o importante a se reter é que os grupos políticos que vieram a compor o quadro governamental, a partir da década de 1990, tinham uma orientação política focada na desregulamentação das relações econômicas, desde as que versavam sobre a economia em geral, até

---

<sup>7</sup> Um outro elemento que pode ser considerado dentro do quadro de precarização das relações de trabalho na década de 1990 se trata do desenvolvimento dos mecanismos de captura da subjetividade do trabalhador. Para uma avaliação detalhada da temática, ver Alves, 2005.

aquelas que compunham as relações capital-trabalho, marcando sua postura de enquadramento dentro das regras ditadas pelos organismos internacionais e, por isso, se mostrando oposta a qualquer tipo de política social de caráter universalista. Por esse motivo, há uma clara vinculação entre as políticas econômicas implementadas desde Collor e o comportamento do emprego no Brasil, seja em termos da destruição de postos de trabalho, seja pelos tipos de empregos que passaram a ser criados.

Considerando, então, a redução dos postos de trabalho e a configuração de um quadro de precariedade, como resultados diretos da adoção de novas técnicas e estratégias de flexibilização, racionalização de custos e reestruturação produtiva, fica claro que o efeito direto da implementação desses mecanismos próprios do sistema toyotista conduz necessariamente para uma ampliação da exploração do trabalho. Os trabalhadores passaram a se inserir dentro de um contexto no qual não há alternativas a não ser a intensificação do seu trabalho, uma vez estando constantemente pressionados pela ameaça do desemprego. Esses fatores, em um ambiente marcado pela redução dos direitos trabalhistas, consequentemente conduziu os trabalhadores a se submeterem a formas mais intensas de trabalho que, por sua própria lógica, ampliam a exploração desses trabalhadores.

Esses foram os efeitos gerais das políticas neoliberais sobre a economia brasileira e as relações de trabalho. Aumento da dependência e da vulnerabilidade externa, no campo macroeconômico; ampliação do desemprego, redução dos salários e aumento da pressão sobre os trabalhadores. Mesmo em uma economia com inflação em patamares mais baixos, e relativamente mais adaptados ao novo contexto das relações internacionais, o quadro interno não se mostrava tão favorável em termos das relações de trabalho. É a partir dos impactos degradantes sobre as condições de trabalho na década de 1990 que passamos a analisar as modificações que se operaram na economia e nas condições de trabalho a partir dos anos 2000.

#### **4. Economia e trabalho no Brasil nos anos 2000.**

Durante a década de 1990, o conjunto de políticas enquadradas dentro do ideário neoliberal foi levado a cabo na economia brasileira. Tendo na flexibilização e desregulamentação das relações um de seus principais pilares, uma série de impactos degradantes sobre o mundo do trabalho foram inevitáveis. Assim que a implementação das políticas neoliberais, associadas à consecução de uma série de políticas de ajuste fiscal, impuseram um conjunto de transformações na estrutura produtiva que, inevitavelmente, modificaram o quadro das condições de trabalho brasileiro. Se a reestruturação produtiva permitiu a modernização da produção e a ampliação da produtividade do trabalho, por outro lado houve destruição de postos de trabalho – movimento que, num contexto de crescimento da população economicamente ativa, criou novas pressões sobre os trabalhadores,

levando à expansão desenfreada das formas de trabalho precário. De outro lado, o salário mínimo evolui de maneira modesta, não sofrendo grandes valorizações – do que se pode inferir que houve ganhos consideráveis em termos de rendimentos do trabalho, mesmo com a queda substantiva da inflação e a recuperação do poder de compra dos salários. Assim sendo, a década de 1990 não foi favorável à melhoria das condições da classe trabalhadora, apesar da reversão relativa no grau de instabilidade e crise da década anterior.

O final dos anos 1990 foi um período de crise para a economia brasileira. O baixo nível do crescimento econômico e a elevação da inflação expressavam a fragilidade do conjunto de políticas implementadas desde o início da década, e que tinham como objetivo central o ajuste estrutural da economia. A crise financeira em outras regiões periféricas modificou a rota dos fluxos de capitais financeiros, que deixaram de se destinar para essas regiões, buscando formas mais seguras de valorização. O Brasil, enquanto região periférica centrada em uma política econômica totalmente dependente da entrada massiva desses recursos, encontrava-se numa encruzilhada, onde a única solução seria a modificação dos rumos da política econômica. O primeiro impacto desse movimento foi a adoção do câmbio flutuante, pondo fim ao período de câmbio semi-fixo que perdurou durante toda a década.

Com a adoção do câmbio flutuante, um novo aparato de políticas macroeconômicas passou a ser utilizado para manter a estabilidade da inflação. A partir de então, passou a ser adotada a política de metas de inflação, que determinava os níveis de inflação que a economia poderia atingir para certo período. De maneira adicional a estas políticas, foram mantidos o superávit primário e a política de taxa de juros elevada, como forma de manter a atração de capitais. O resultado da adoção do câmbio flutuante foi a desvalorização do Real, que trouxe impactos importantes para o funcionamento da economia: num primeiro plano, ocorreu a elevação da dívida pública, dado que parcela expressiva da dívida era indexada à taxa de câmbio e era utilizada como proteção para carteiras de aplicação de capital; num segundo plano, a desvalorização trouxe novamente à tona o problema da inflação, fosse por conta do expressivo aumento do custo da produção doméstica, fosse por conta da elevação dos preços dos serviços de utilidade pública. Assim, ainda que o objetivo da desvalorização do Real fosse o de viabilizar uma maior exportação e permitir melhores condições para que produtores nacionais competissem com produtos importados, sua combinação com elevadas taxas de juros e contenção dos gastos públicos se converteu na manutenção de um reduzido nível de atividade econômica com fins de evitar uma aceleração da inflação. E, no mesmo sentido, as elevadas taxas de juros conduziram a um crescimento da dívida superior ao crescimento do PIB.

Esse era, de maneira geral, o quadro econômico do final do governo FHC. Ainda que o cerne principal do conjunto de políticas macroeconômicas tenha se mantido durante o governo Lula

– tais como o câmbio flutuante, as metas de inflação e o superávit primário – algumas importantes modificações iriam se operar a partir de então, em especial no que diz respeito às políticas de cunho social.

Já em 2004, iniciou-se um novo ciclo de expansão dos fluxos financeiros internacionais que, fosse sobre a forma de investimentos diretos, aplicações financeiras, ou ainda de empréstimos externos, permitiu a compensação do declínio do saldo em conta corrente e a acumulação de reservas internacionais, processos que conduziram à valorização do Real. Na esteira da valorização da moeda, os índices de inflação começaram a sofrer queda e o crescimento do PIB acelerou-se, com impactos positivos para o consumo e o investimento. Esse crescimento foi, em grande medida, favorecido pelo aumento dos rendimentos das famílias, os quais foram amplamente beneficiados pela expansão do crédito ao consumo<sup>8</sup>. Assim, a conjugação de crescimento do PIB, redução da inflação, ampliação das reservas internacionais e redução do estoque da dívida pública criou um ambiente favorável à ampliação dos investimentos e à continuidade de expectativas favoráveis em relação ao avanço da economia brasileira. É dentro desse quadro que o Brasil passou a apresentar uma taxa de crescimento do PIB de 6,5% ao ano, como resposta ao aumento do investimento na ampliação da capacidade produtiva e dos investimentos do Estado em infra-estrutura.

Apesar do clima econômico mais favorável, a indústria brasileira ainda enfrentava dificuldades de recuperar o seu nível de crescimento. O produto industrial manteve o seu lento crescimento, o que resultou na redução de sua participação no PIB que, desde a década de 1980, passou de 34% para 16%. A taxa de investimento, mesmo tendo se elevado desde o início do governo Lula, também apresentou patamares baixos, com a Formação Bruta de Capital Fixo oscilando entre 14% e 18% do PIB. Mesmo que o processo de abertura econômica tenha intensificado as importações e exportações, o setor industrial sofreu perdas em elos importantes da cadeia produtiva, o que criou dificuldades um crescimento mais intenso do setor. Do que se quer dizer que a complicada situação do setor industrial se manteve na atual década, mesmo num quadro onde o Estado retomou os investimentos em infra-estrutura, a economia apresentou sinais mais sólidos de estabilização, e o consumo e investimento agregados apresentaram taxas de crescimento.

De acordo com Baltar et al (2010), a partir de 2006, quando se inicia o segundo mandato do presidente Lula, o governo assume uma posição diferente em relação ao crescimento econômico, mesmo mantendo o padrão da política macroeconômica. Um dos sinais da mudança na postura do governo foi a recusa em aprofundar o ajuste fiscal para promover a ampliação do superávit nominal, num momento de crescimento do PIB e da arrecadação tributária. Ao contrário disso, o governo optou por lançar o Plano de Aceleração do Crescimento, voltado à reestruturação do quadro de

---

<sup>8</sup> O crédito ao consumo passou a ser regido por uma nova lógica, composta de elevação dos prazos, queda dos juros nominais e modificações institucionais, de tal maneira que, se em 1995 era da ordem de 33,7% do PIB, em 2008 se situava no nível de 41,8% do PIB.

pessoal e o nível dos salários dos funcionários públicos, à manutenção do ritmo de crescimento do salário mínimo legal, à elevação das despesas da seguridade social e, principalmente, à recuperação do investimento público. Outro sinal da mudança da postura do governo foi a capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a intensificação de sua atuação na formação de grupos empresariais nacionais e no apoio ao investimento das empresas estatais.

Dessa breve apresentação do quadro macroeconômico brasileiro nos anos 2000, o que se nota é, de um lado, a manutenção do conjunto de políticas adotadas após 1999 e, de outro, um movimento de recuperação lenta da economia, que se expressa no crescimento do investimento, do PIB, do consumo e do nível de emprego, e que é, em grande medida, reflexo da retomada dos investimentos estatais, ainda que a indústria tenha apresentado uma fraca recuperação. Feita a apresentação desse quadro, passamos à análise do comportamento das variáveis relativas ao mercado de trabalho<sup>9</sup>.

Mesmo com a retomada do crescimento econômico, em 2008 o desemprego ainda alcançava o nível de 7,1%, sendo que do total da população economicamente ativa, 31,2% estavam ocupados com trabalhadores por conta própria, trabalhadores não-remunerados, trabalhadores com produção agrícola para o próprio consumo e na construção da casa própria, e empregadores. De forma que o emprego assalariado não cobria mais que 62% da PEA, sendo que, deste contingente, 33,7% eram empregados sem registro e 10,9% eram empregados no trabalho doméstico remunerado. Analisando por faixas, a redução do desemprego foi mais intensa entre os adultos e idosos, ao passo que o desemprego entre jovens (faixa etária de 15 a 24 anos), mesmo considerando sua expressiva queda no contingente da população economicamente ativa, manteve-se em níveis elevados. Esses dados permitem, numa primeira aproximação, apontar que mesmo mediante os efeitos da recuperação do crescimento econômico, e ainda que esteja em níveis abaixo dos verificados na década de 1990, o desemprego no Brasil ainda atingia um elevado contingente da população economicamente ativa e, assim como na década anterior, foi arrefecido pela expansão do trabalho por conta própria e do trabalho doméstico remunerado.

Em relação à População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA), a PIA teve uma taxa de crescimento bastante expressiva na faixa da população acima dos 55 anos (4,7%), apresentado crescimento também na faixa entre 25 e 54 anos (2,3%). Por outro lado, a faixa da população compreendida entre 15 e 24 reduziu sua participação na PIA em 0,9%. A PEA apresentou tendências similares, com crescimento mais acentuado na faixa acima dos 55 anos (5,4%), aumento na faixa entre 25 e 54 anos (2,5%), e redução na faixa entre 15 a 24 anos (1,2%).

---

<sup>9</sup> A análise que será realizada aqui a respeito das condições de trabalho compreende o período que vai de 2003 a 2008. Isso porque esse período se delimita pela mudança no governo federal, com o início do governo Lula, até a crise financeira de 2008, a qual trouxe uma série de especificidades que, mesmo tendo impactos relevantes sobre a economia, provoca descontinuidade em termos das tendências demarcadas. Ao final da seção, serão feitas algumas considerações a respeito dos efeitos da crise de 2008. Os dados analisados podem ser conferidos no anexo.

De toda forma, o que cabe destacar é que, mesmo que em termos absolutos a PIA tenha apresentado um crescimento mais expressivo que a PEA, em termos relativos as variações foram similares, o que aponta para uma redução relativa das pressões sobre o mercado de trabalho, em especial quando comparado com as tendências da década de 1990. Tal resultado é confirmado pelo expressivo crescimento do número de ocupados que, em termos absolutos, passou de aproximadamente 65 milhões para 86 milhões de pessoas. Tomando a absorção da PEA por posição na ocupação, é possível verificar que, entre 2004 e 2008, houve crescimento do emprego formal e do emprego doméstico com carteira, e redução do emprego sem carteira, do emprego doméstico sem carteira, do emprego por conta própria e não remunerado. Desse modo, não apenas houve uma redução da pressão sobre o mercado de trabalho, como também ocorreram importantes modificações em termos da estrutura ocupacional.

A evolução das taxas de participação e ocupação<sup>10</sup> também apontam no mesmo sentido. Ainda que mantida em patamares elevados, a taxa de participação não sofreu grandes modificações no período 2004-2008. Seu pequeno aumento se explica, em grande parte, pelo aumento da participação de mulheres em idade adulta; já a taxa de participação dos homens caiu de 81,2% para 80,5%, ao passo que a das mulheres aumentou de 57% para 57,6%. De toda forma, considerando-se o período analisado, a taxa de participação se manteve constante, na faixa de 59%, a qual pode ser explicada, em termos, pela compensação entre o aumento do número de mulheres e a redução do número de jovens entre 15 e 19 anos. A população ocupada, por sua vez, apresentou uma evolução positiva ao longo dos anos 2000, a qual foi superior à ampliação da PEA. Com isso, a taxa de ocupação apresentou leve crescimento, passando de 89% em 2004 para 92% em 2009, o que pode ser considerado como um indicador do crescimento do emprego, na medida em que a taxa de ocupação expressa a demanda por trabalho.

Resultados positivos também podem ser observados no que diz respeito à formalização. Como apontado na seção anterior, as condições de trabalho, desde a década de 1990, tem sido marcado por um crescimento dos postos de trabalho informais, muito por conta do processo de desregulamentação das leis do trabalho. No entanto, a partir de 2004, essa tendência sofreu uma retração. Considerando o chamado emprego assalariado formal, que conjuga os empregados que são contratados dentro da Consolidação das Leis do Trabalho ou do Estatuto do Servidor Público, seu nível passou de 44% em 2004 para 47% em 2007 do total de pessoas ocupadas com rendimentos. Já a participação do emprego formal no total da População Economicamente Ativa de 15 ou mais anos de idade passou de 34,3% em 2004 para 39,1% em 2008. O emprego doméstico com carteira se

---

<sup>10</sup> A taxa de participação é definida pela relação entre a População Economicamente Ativa (ocupados e desempregados) e a População em Idade Ativa, e pode ser tomada como indicador da oferta de trabalho na economia. Já a taxa de ocupação é definida pela relação entre os ocupados e a População Economicamente Ativa, sendo reflexo da demanda por trabalho na economia.



manteve no mesmo nível, ao passo que o emprego doméstico sem carteira e os trabalhos por conta própria e não remunerado apresentaram queda, respectivamente, de 5,2% para 4,9%, 20,3% para 19,0% e de 5,4% para 4,0%, respectivamente. Assim, a conjugação de crescimento econômico e ampliação da ação no Ministério do Trabalho em termos da fiscalização das relações de trabalho resultaram em redução da informalidade, revertendo a tendência dominante na década de 1990.

No que diz respeito aos rendimentos do trabalho, a conjugação entre reativação da economia, queda da inflação e reajuste do salário mínimo, a partir de 2004, permitiu a recuperação do poder de compra do rendimento médio dos trabalhadores, revertendo uma tendência de redução que vinha se firmando desde 1997, por conta do aumento da inflação e da contenção da atividade econômica, em especial após a flexibilização do câmbio. Analisando o salário mínimo real, é possível notar sua variação positiva desde 2003, passando de R\$ 380 neste ano para R\$ 523 em 2010, com pequenas oscilações durante o período. Mesmo com uma recuperação demarcada desde 1994, sua valorização em termos reais ganhou impulso a partir de 2005, quando o governo assumiu o compromisso de implementar uma política sistemática de valorização real do salário mínimo. Foi assim que a valorização verificada entre 2003 e 2008 excedeu de maneira considerável a inflação, propiciando ganhos reais da ordem de 38,3%. Claramente, a redução da inflação e a retomada do crescimento econômico a partir de 2003 criaram um ambiente mais propício para que diversas categorias profissionais obtivessem reajustes acima da inflação. Com isso, o poder de compra do salário mínimo, entre 2003 e 2008, aumentou 31,4%.

A recuperação da massa total dos rendimentos do trabalhado, no período que vai de 2004 até 2007, teve maior participação na recuperação da renda média do que a ampliação na ocupação, assim como a recuperação da renda média foi mais intensa nos setores de atividade cuja renda média do trabalho é menor do que a média geral da economia – o que, mediante o fato de que parte substancial dos trabalhadores desses setores de renda média do trabalho menor ser remunerados pelo salário mínimo, aponta para a importância da consolidação de uma política sistemática de elevação do salário mínimo como forma de recuperar as rendas do trabalho. De toda forma, é importante destacar que a perda do poder de compra do rendimento médio dos trabalhadores na década de 1990 foi tão forte que a recuperação verificada nos anos 2000 foi apenas suficiente para recuperar os níveis vigentes em 1998. O que fica claramente expresso em termos da evolução do rendimento do trabalho é que, por conta da política de elevação do salário mínimo e da ampliação da formalização, o aumento do rendimento médio do trabalho teve impacto mais forte nas piores ocupações, contribuindo para a consolidação de importantes mudanças na composição da massa de renda total do trabalho, em especial para a redução na desigualdade dos rendimentos. Porém, se, de um lado, é visível a redução das diferenças de renda média por tipo de ocupação, por outro lado as diferenças de rendimentos na ocupação total continuam muito grandes por setor de atividade.

Assim, dado que os setores e tipos de ocupação com menor renda são também os que têm menores participações no emprego formal na ocupação total, ainda são latentes as diferenças de situação socioeconômicas entre os trabalhadores, o que deixa claro que a heterogeneidade entre os setores ainda é uma forte marca da economia brasileira.

Em resumo, as modificações operadas em termos da política econômica, a partir de 2003, não só repercutiram em efeitos positivos sobre a retomada do crescimento da economia e do PIB, mas também sobre o mundo do trabalho, seja em termos quantitativos, ou seja, da criação de novas oportunidades de emprego, seja em termos qualitativos, no que diz respeito ao tipo de emprego criado. Foi reduzido o peso do emprego sem carteira, do trabalho por conta própria e do trabalho não remunerado na estrutura ocupacional, os quais abriram espaço para a criação de empregos formais. Com isso, ocorreu uma redução no ritmo de crescimento da parcela de trabalhadores não assalariados – trabalhadores por conta-própria ou empregadores – e de assalariados sem carteira de trabalho, que cresceram abaixo do emprego formal. A participação do emprego sem registro na estrutura ocupacional reduziu de 27% em 2004 para 25,4% em 2007, enquanto a dos trabalhadores não assalariados reduziu de 29% para 27,6% no mesmo período. Ao mesmo tempo, houve um expressivo crescimento do emprego assalariado formal e do crescimento do peso desse segmento da estrutura ocupacional, enquanto resultado da conjugação do aumento da quantidade de empregos formais gerados para cada ponto percentual do crescimento do produto e da tendência de formalização das empresas e dos contratos de trabalho. Assim, em conjunto, esse movimento significou uma importante reversão das tendências em curso desde os anos 1990, que a avançaram ao longo da implementação das políticas neoliberais. Nesse sentido, observa-se que pouco mais da metade das pessoas ocupadas continuam não tendo emprego assalariado ou em conformidade com as leis do trabalho brasileiras.

Por fim, antes de encerrar a discussão, cabe fazer algumas considerações sobre o comportamento das condições do trabalho após a crise financeira internacional de 2008. Durante a crise, o governo brasileiro implementou uma série de medidas anticíclicas, dentre as quais se destacam a redução da taxa básica de juros, a flexibilização do depósito compulsório dos bancos, a utilização das reservas internacionais para financiar as exportações, a criação de programas de construção de habitações populares, a redução do Imposto de Renda da classe média e a utilização dos bancos públicos para garantir o atendimento da demanda de crédito e incorporar instituições financeiras fragilizadas pela crise. Mesmo com toda a ação empreendida, em termos concretos era impossível que não houvesse impactos negativos sobre a economia brasileira, ainda mais se levarmos em conta a continuidade da dependência dos fluxos de capital externos, mesmo num contexto de ampliação das reservas. De forma geral, de acordo com Baltar (2010), a redução do PIB foi de 3,6% nos três últimos trimestres de 2008 em comparação com o trimestre imediatamente

anterior e, como a economia vinha crescendo no ritmo anual de 7,8% (na comparação dos terceiros trimestres de 2007 e 2008), houve desaceleração da atividade econômica equivalente a 6,5% do PIB no último trimestre de 2008. Já nos primeiros três meses de 2009, o PIB caiu 1,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

No que diz respeito às condições de trabalho, entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 houve queda de 6% do emprego na indústria de transformação e de 4,7% na construção civil. No comércio e na prestação de serviços, o nível de emprego permaneceu o mesmo. Para o total das atividades da economia, o emprego celetista diminuiu 2,3% dentro desse período. A desaceleração do crescimento do PIB foi acompanhada também pela queda na taxa de participação, que foi de 56,4% em junho de 2009, quase um ponto percentual abaixo do nível um ano antes. Por sua vez, a taxa de desemprego, que chegou ao nível de 9,8% em setembro de 2008, atingiu o patamar de 10,4% em junho de 2009. Como esse grau de aceleração é considerado elevado para o período, tem-se mais uma constatação dos efeitos da desaceleração da economia sobre o mercado de trabalho. Por fim, não houve modificações consideráveis no que diz respeito ao grau de formalização, que se manteve no mesmo patamar em que se encontrava em 2008.

Assim, fica claro que, ao longo dos anos 2000, houve importantes avanços no que diz respeito à retomada do crescimento econômico brasileiro, expressa não apenas na retomada dos investimentos e no crescimento do nível de produção e de consumo, mas também numa maior estabilização relativa dos componentes macroeconômicos, em especial quando comparados à década de 1990. Acompanhando tal tendência, as condições de trabalho também apresentou relativa melhoria, com redução do nível de desemprego, melhoria do componente dos rendimentos e ampliação da formalização. A questão que se coloca é se tais melhorias podem ser assumidas como tendências para o avanço do capitalismo periférico brasileiro nos próximos anos – apontando, por isso, para uma possível resolução da questão do desemprego estrutural – ou se trata apenas de um conjunto de resultados fruto de um contexto macroeconômico mais favorável.

## **Considerações finais**

O presente artigo buscou analisar, a luz de uma interpretação marxista referente ao desemprego estrutural, e entendendo o mesmo como expressão da existência de uma superpopulação relativa na economia capitalista periférica brasileira, as condições de trabalho no Brasil ao longo dos anos 2000. O argumento que norteou a discussão foi o de que, mesmo com os fortes impactos na estrutura das relações de trabalho resultantes da implementação das políticas neoliberais, na última década a política econômica voltou a tomar tais questões como problemas

centrais a serem resolvidos no campo econômico e social, os quais são fundamentais em um momento de retomada do crescimento econômico, dos investimentos e do consumo.

Tal argumento é corroborado pela análise dos indicadores apresentados. Nos anos 2000, em especial a partir do governo Lula, as condições de trabalho começaram a tomar um caminho inverso às tendências verificadas na década de 1990. A conjugação entre retomada do investimento público, aumento do consumo, redução da inflação e crescimento do PIB criaram um ambiente propício à redução tanto da inflação quanto da informalidade. A PEA e a PIA apresentaram tendências ascendentes, mas o crescimento do número de postos de trabalho permitiu a manutenção da taxa de participação e o aumento da taxa de ocupação. Por sua vez, o salário mínimo apresentou um crescimento real considerável, permitindo a retomada do poder de compra dos trabalhadores, tudo isso num momento onde o governo federal lançou esforços para ampliar a regulação do trabalho.

No entanto, o elemento que deve ser destacado é se tais tendências apresentadas nos anos 2000 apontam para uma possível resolução, ainda que a longo prazo, para problemas relativos ao desemprego estrutural. Da perspectiva teórica assumida no presente artigo, o desemprego estrutural, enquanto expressão da existência da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva, se firma e se consolida como problema próprio da economia brasileira – em outras palavras, é elemento fundamental para a reprodução do capitalismo periférico, dado seus mecanismos que impulsionam a elevação da composição orgânica do capital e, em consequência, dos diferenciais de crescimento entre capital e trabalho. De modo que o trabalho – e, mais do que isso, seu componente precário, expresso na ainda elevada taxa de desemprego e de informalidade, na flexibilização da regulação do trabalho, no surgimento de formas alternativas de remuneração e na construção de mecanismos que incrementam tanto a intensificação do trabalho como a extensão da jornada de trabalho – se mantém como mecanismo e elemento originário da reprodução do capital.

Nesses termos, assumir o desemprego estrutural como elemento característico das relações de trabalho na economia brasileira é apontar para a existência de mecanismos estruturais que, a partir da intensificação do trabalho em suas diferentes formas, permitem a reprodução do capital de forma ampliada. Assim, tais modificações observadas ao longo da última década, ainda que sejam de extrema importância em termos da reversão de uma tendência à maior precarização do trabalho observadas na década de 1990, são apenas de caráter conjuntural, fruto de uma conjuntura macroeconômica mais favorável e de um plano de política econômica voltada às melhorias sociais, não existindo elementos sólidos para lhes pontuar como modificações de uma estrutura econômica e social que, historicamente marcada pela exploração intensa da classe trabalhadora, se mantém precária para a classe que vive do trabalho.

## **Referências Bibliográficas**

## Sítios virtuais

Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

## Livros e artigos

ALVES, G. (2005). *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial. Coleção mundo do trabalho. 2º Edição.

BALTAR, P. (2010). Crise econômica e emprego no Brasil. In: MORETTO, A; KREIN, J. D.; POCHMANN, M. e MACAMBIRA, J. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho no Brasil*. Campinas – SP/ Fortaleza – CE: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil e Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

\_\_\_\_\_. (2003a). Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: Brasil nos anos 90*. São Paulo: UNESP.

\_\_\_\_\_. (2003b). Salário mínimo e mercado de trabalho. In: BALTAR, P; DEDECCA, C e KREIN, D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP.

BALTAR, P. et al. (2010). Moving towards decent work. Labour in the Lula Government: reflections on recent brazilian experience. In: *Global Labour University Working Papers*. Paper nº 9.

BALTAR, P. e PRONI, M. (1996). Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. e MATTOSO, J. (orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado*. São Paulo: Scritta.

BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 1º edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.

BOITO JR., A. (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã. 2º Edição.

CACCIAMALI, M. C. (2003). Pode o salário mínimo balizar a estrutura salarial das firmas? Argumentos a favor da política ativa de salário mínimo. In: BALTAR, P; DEDECCA, C e KREIN, D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP.

CARLEIAL, L. (2010). Crise econômica internacional e crise do trabalho: o que já podemos antecipar? In: MORETTO, A; KREIN, J. D.; POCHMANN, M. e MACAMBIRA, J. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho no Brasil*. Campinas – SP/ Fortaleza – CE: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil e Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

CARNEIRO, R. (2003). Salário mínimo e desenvolvimento. In: BALTAR, P; DEDECCA, C e KREIN, D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP.

CEPAL (2005). Gasto social em América Latina y el Caribe: tendencias recientes, orientación y efectos redistributivos. In: *Panorama social de América Latina*. Nações Unidas. Santiago de Chile. (Capítulo 2).

\_\_\_\_\_. (2010). Heterogeneidad estructural y brechas de productividad: de la fragmentación a la convergencia. In: *La Hora de la Igualdad: Brechas por Cerrar, Caminos por abrir*. Nações Unidas. Santiago de Chile. (Capítulo 3).

\_\_\_\_\_. (2010). La dinámica del empleo y la institucionalidad laboral como clave de la igualdad de oportunidades y la inclusión social. In: *La Hora de la Igualdad: Brechas por Cerrar, Caminos por abrir*. Nações Unidas. Santiago de Chile. (Capítulo 5).

\_\_\_\_\_. (2010). *Panorama Social da América Latina*. Nações Unidas. Santiago do Chile.

DEDECCA, C. S. (2003). Anos 90: estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: Brasil nos anos 90*. São Paulo: UNESP.

\_\_\_\_\_. (2005). *Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil*. Revista de Economia Política, vol. 25, n° 1 (97), pp. 94-111. São Paulo, Janeiro/Março de 2005.

\_\_\_\_\_. (1996). Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. e MATTOSO, J. (orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado*. São Paulo: Scritta.

FARIA, V. E. (2002). *Reformas institucionales y coordinación gubernamental en la política de protección social de Brasil*. Revista de la Cepal, n° 77. Santiago do Chile, Agosto de 2002.

FREITAS, M. C. P. de (2009). *Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito*. Estudos Avançados, número 23 (66), pp. 125-145.

GUIMARÃES, N. A. e SOUZA, A. P. (2008). *Emprego e heterogeneidade estrutural no Brasil: refletindo sobre tendências recentes*. Texto para discussão. CEPAL/OIT.

KREIN, J. D. (2003). Balanço das reformas trabalhistas do governo FHC. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: Brasil nos anos 90*. São Paulo: UNESP.

KUPFER, D. e ROCHA, C. F. (2004). *Dinâmica da produtividade e heterogeneidade estrutural na indústria brasileira*. Santiago do Chile: CEPAL/División de Desarrollo Productivo.

MARINI, R. M. (2000). *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.

MARX, K. (2008). *O Capital – Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MEDEIROS, C. A. (2004). *Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil*. Revista Economia e Sociedade, vol. 13, n° 2 (23), pp. 169-174. Campinas – SP, Julho/Dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_. (2005). *Liberalização Comercial e Financeira e Seus Efeitos Sobre Crescimento, Emprego e Distribuição de Renda nos Países latino-americanos*. Revista de Economia Contemporânea, n° 9 (3), pgs. 455-483. Rio de Janeiro, Setembro/Dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. (2003). Salário mínimo e desenvolvimento econômico. In: BALTAR, P; DEDECCA, C e KREIN, D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP.

MONTAGNER, P. (2003). Salário mínimo e a dinâmica social. In: BALTAR, P; DEDECCA, C e KREIN, D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP.

MORETTO, A. (2010). As políticas de mercado de trabalho e a crise de 2008. In: MORETTO, A; KREIN, J. D.; POCHMANN, M. e MACAMBIRA, J. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho no Brasil*. Campinas – SP/ Fortaleza – CE: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil e Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

MORETTO, A.; GIMENEZ, D. M.; PRONI, M. W. (2003). Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: Brasil nos anos 90*. São Paulo: UNESP.

MORLEY, S. (2002). *Efectos del crecimiento y las reformas económicas sobre la distribución del ingreso en América Latina*. Revista de la Cepal, nº 71. Santiago do Chile, Agosto de 2000.

OLIVEIRA, C. A. B. (2010). *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. Carta Social e do Trabalho nº 10. Campinas – SP: CESIT/IE-Unicamp.

POCHMANN, M. (2003). Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil. In: BALTAR, P; DEDECCA, C e KREIN, D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP.

\_\_\_\_\_. (2010). Reação do mercado de trabalho no Brasil metropolitano frente à crise internacional. In: MORETTO, A; KREIN, J. D.; POCHMANN, M. e MACAMBIRA, J. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho no Brasil*. Campinas – SP/ Fortaleza – CE: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil e Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

SABÓIA, J. (2003). Salário mínimo e mercado de trabalho no Brasil no passado recente. In: BALTAR, P; DEDECCA, C e KREIN, D. *Salário Mínimo e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP.

SANTOS, T. (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TAVARES, M. da C. (1998). *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas – SP: IE/Unicamp.

## Anexo

**Taxa de desemprego (em porcentagem)**

Ano	Desemprego
2001	10,0467
2002	9,86039
2003	10,4707
2004	9,71593
2005	10,1979
2006	9,2202
2007	8,92149
2008	7,78448
2009	9,054567

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

**População em idade ativa, população economicamente ativa e população ocupada**

Ano	PIA	PEA	Ocupados
2001	138962241	80400976	72323336
2002	141831382	83079896	74887898
2003	144585745	84684123	75817114
2004	146930667	86985753	78534280
2005	149839640	89529881	80399758
2006	152811425	90549690	82200824
2007	155454625	91757699	83571545
2008	158209812	93325283	86060399
2009	160438234	95380939	86744608

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

**Taxa de ocupação e taxa de participação (em porcentagem)**

Ano	Taxa de ocupação	Taxa de participação
2001	89,9533	57,8653
2002	90,1396	58,5815
2003	89,5293	58,5775
2004	90,2841	59,2069
2005	89,8021	59,7547
2006	90,7798	59,2559
2007	91,0785	59,0254
2008	92,2155	58,9883
2009	90,9454	59,45025

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

**Absorção da PEA conforme idade**

Posição na ocupação	15 a 24		25 a 54		55 e mais		15 e mais	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
<b>Desempregado</b>	18.0	15.5	6.4	5.2	2.7	2.1	8.9	7.1
<b>Emprego formal</b>	29.1	35.2	39.0	43.7	17.1	20.2	34.3	39.1
<b>Emprego sem carteira</b>	25.6	26.6	14.3	13.5	10.7	10.3	16.7	15.9
<b>Doméstico com carteira</b>	0.8	0.6	2.3	2.3	1.1	1.4	1.8	1.8
<b>Doméstico sem carteira</b>	5.4	4.3	5.3	5.2	3.6	4.3	5.2	4.9
<b>Empregador</b>	0.6	0.7	4.5	4.8	7.0	7.1	3.8	4.2
<b>Conta própria</b>	7.9	7.4	22.1	19.7	38.7	36.2	20.3	19.0
<b>Não remunerado</b>	10.4	7.1	3.6	2.9	4.8	4.3	5.4	4.0
<b>Autoconsumo</b>	2.1	2.5	2.4	2.6	14.0	13.8	3.5	3.9
<b>Autoconstrução</b>	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3	0.3	0.1	0.1

Fonte: Baltar et al (2010)

**Salário mínimo: nominal, real e necessário (em Reais)**

Período	Nominal	Real	Necessário
2000	150,00	308,8755	973,84
2001	180,00	343,8816	1.092,97
2002	200,00	348,7868	1.143,29
2003	240,00	350,6432	1.557,55
2004	240,00	332,0383	1.386,47
2005	260,00	337,4096	1.538,64
2006	350,00	439,5418	1.536,96
2007	380,00	461,3471	1.672,56
2008	415,00	475,7651	1.918,12
2009	465,00	503,7399	1.972,64

Comentário: Como referência, foi utilizado o salário mínimo no mês de abril, mês anterior ao reajuste salarial.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)



**Rendimento médio real dos assalariados, por regiões metropolitanas (em Reais de Janeiro de 2010)**

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
2000	1.094	1.991	1.260	1.004	1.066	1.650
2001	1.099	2.014	1.247	1.009	1.047	1.531
2002	1.101	1.985	1.223	977	1.047	1.416
2003	997	1.749	1.130	823	961	1.349
2004	1.025	1.759	1.145	789	1.000	1.366
2005	999	1.774	1.145	785	1.000	1.374
2006	1.119	1.846	1.153	838	993	1.374
2007	1.150	1.962	1.181	857	1.012	1.364
2008	1.220	2.075	1.195	871	1.108	1.357
2009	1.274	2.148	1.221	882	1.111	1.351

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

**Rendimento médio real dos ocupados, por regiões metropolitanas (em Reais de Janeiro de 2010)**

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
2000	1.052	1.805	1.278	905	964	1.621
2001	1.054	1.812	1.235	893	949	1.478
2002	1.060	1.766	1.220	866	943	1.356
2003	965	1.549	1.111	716	846	1.269
2004	954	1.527	1.108	689	866	1.287
2005	942	1.544	1.122	685	872	1.283
2006	1.065	1.592	1.131	738	871	1.298
2007	1.108	1.683	1.160	750	909	1.295
2008	1.191	1.805	1.188	774	994	1.296
2009	1.260	1.873	1.227	767	1.003	1.296

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

**Renda média de todos os trabalhos (em Reais)**

Ano	Renda média
2001	952,1213
2002	926,3743
2003	865,3055
2004	870,3823
2005	909,8556
2006	983,2571
2007	1.016,661
2008	1.041,965
2009	1.068,388

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)